

(ANC) 84

Um passo adiante *Regime de governo*

VAMIREH CHACON

Coisa estranha, também nisto o Brasil é difícil, muito difícil aqui a discussão institucional. A reação imediata consiste em individualizar as idéias. Tobias Barreto dizia que entre nós os debates filosóficos terminam chamando pelo nome da mãe.

O fenômeno ora se repete, por enquanto amenizado, embora ninguém deseje o desfecho a propósito da reintrodução do parlamentarismo.

Antes de mais nada, vai dar muito trabalho desmanchar o Projeto Bernardo Cabral, para transformá-lo em presidencialista. Será necessário mexer tanto, que então melhor seria fazer um substitutivo, se possível enviado diretamente pelo Executivo em forma de mensagem para se ver de uma vez por todas o que é como ele quer continuar. Quanto à reação congressual, trata-se de algo muito diferente. Se há quem tema a reação dos presidencialistas à implantação do parlamentarismo, que se dizer da reação dos parlamentaristas ao presidencialismo, após terem estes ido tão longe na sua marcha? Melhor uma Constituição de consenso e não produto de uma maioria eventual, foi uma das lições do discurso do primeiro-ministro espanhol Felipe González na sua visita há pouco ao Congresso Nacional. Advertência muito oportuna para os cabeças quentes de todas as facções inclusive aos chamados radicais do centro.

Não cabe o argumento do fracasso do parlamentarismo republicano em 1961. Este já nasceu predestinado ao fracasso, queriam acabar com ele desde o início, o presidente Goulart à frente, vítima, enfim, de si próprio, exceto para filmes unilaterais dirigidos à juventude desinformada porque despo-



litzada nos últimos tempos e por isso reagindo.

Hélio Jaguaribe mostrou recentemente, em artigo na imprensa do Rio de Janeiro, como o Estado moderno brasileiro adquiriu um grau de eficiência relativa superior a todo o Terceiro Mundo e que está caindo rapidamente. Cabe agora dar alguns passos decisivos à frente, em termos de integração participativa, inserível no teor de organização que tende à entropia sem adesão das grandes maiorias. Urge, por exemplo, hoje, implantar a reforma administrativa, reforçando o funcionalismo de carreira, bem como modificar a lei dos partidos, esta-

beleando tetos mínimos para seus acessos ao legislativo municipal, estadual e federal (dois ou quatro por cento dos votos em cada degrau), entre outras medidas importantes. O parlamentarismo entra no contexto. Trata-se de um possível passo adiante no processo de compatibilização e mútuo cultivo de organização e participação também do Brasil. Ninguém fique esperando pelas pré-condições (o Brasil não está preparado, é preciso antes reorganizar os partidos e refortalecer a burocracia de carreira etc., como se nada disso nunca tivesse sido do interesse de nenhum presidencialismo do mundo, exceto o

singularíssimo caso dos Estados Unidos). Enquanto isto, o parlamentarismo vige não só na Europa, Japão, Canadá e Austrália, também na Índia, Líbano e Jamaica, o que prova e comprova cabalmente sua maior capacidade de adaptação. Por que o Brasil tem de ser inferior? Inclusive quando aqui deu muito trabalho, aos presidencialistas, arrebentar com a longa experiência parlamentarista monárquica e mesmo com a republicana?

O parlamentarismo não se dirige contra ninguém.

Muito pelo contrário, o presidente da República exerce a função chave ainda mais no parlamentarismo, ao contrário dos que julgam pela primeira impressão. Mudam os chefes de governo, mas permanece o chefe de Estado, expressão da continuidade das instituições. É possível derrubar o chefe de governo sem arranhões institucionais, algo impossível no presidencialismo onde chefe de Estado e chefe de governo são a mesma pessoa.

E a extinção dos mandatos dos parlamentares não precisa ser feita por cassações de cima para baixo, o povo encarga-se das cassações através das novas eleições após a dissolução da legislatura.

Estadista é o fundador ou salvador de instituições, quem ajuda a estabilidade na mudança, o que só se faz pensando em muitas gerações adiante. Nesta turbada segunda metade de século, estadistas são De Gaulle, instituidor da Quinta República francesa, e Juan Carlos I, reiniciador do caminho interrompido pela deposição do seu avô, Afonso XIII, quando começou a guerra civil que levaria à ditadura de Franco. Políticos são os outros.